



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da 71ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema de 17 de junho de 1992.

Realizou-se no dia 17 de junho de 1992, às 9 horas, nesta SMA, a 71ª Reunião Ordinária do Consema, da qual participaram os seguintes membros: Dr. Alaôr Caffé Alves, Presidente do Consema e os Conselheiros **Vera Lúcia Imperatriz Fonseca; João Luiz Pegoraro; Júlio Petenucci; Mário César Mantovani; Carlos Alberto Arraes; José Alberto Siepierski; Pedro Além Sobrinho; Marcos Paulino; Roberto Guimarães Mafra; Nair Rocha; Ronald Victor Romero Magri; Eleonora Portella Arrizabalaga; João Affonso Oliveira; Silvia Morawski; João Abukater Neto; Mac William Basílio; Marco Antonio Mróz; Sérgio Henrique C. Dimitruk; Manuel Cardoso Fernandes; Affonso Siqueira; Décio Freire; Minoru Matsunaga; Sâmia Maria Tauk; Pedro Mancuso; Marcos José Carrilho; João Paulo Capobianco; Condesmar Fernandes de Oliveira; Cláudio Bueno Costa; e Lúcia Osório Nogueira.** Esta reunião foi secretariada por mim, Germano Seara Filho, Secretário Executivo Substituto do Consema. Abertos os trabalhos, o Secretário Executivo do Conselho deu as seguintes informações: 1. Que três novos conselheiros haviam sido designados – Francisco F. Sparenberg oliveira, como suplente e na qualidade de representante da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, para complementar o mandato de Antonio Carlos Lima; José Alberto Siepersky, como suplente e na qualidade de representante da Secretaria de Esportes e Turismo, em complementação do mandato de Antonio Carlos Pereira; e Roberto Guimarães Mafra, como titular e na qualidade de representante da Coordenadoria de Proteção de Recursos Naturais da Secretaria do Meio Ambiente, em complementação do mandato de Paulo de Mello Schwenck; 2. Que os conselheiros não governamentais do Interior, que têm direito a ressarcimento de despesas, devem retirar na recepção da Sala de Reunião as normas que estabelecem os procedimentos necessários; 3. Que o Exmo. Sr. Governador comunicou, através de ofício, que determinou fosse analisada, para as providências cabíveis, a Moção Consema 02/92, que propõe modificações no Decreto que constitui o Conselho Consultivo do Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga; 4. Que se encontra à disposição dos conselheiros, na Secretaria Executiva a inicial da ação do Ministério Público para obstar a implantação de um Shopping Center no edifício Mackenzie, no centro da Cidade de São Paulo; 5. Que se encontra à disposição dos conselheiros o Parecer nº 113, elaborado pela CPLA/DAIA, o qual constitui o cumprimento de uma exigência determinada pela Deliberação Consema 07/92, de 19/03/92, a qual aprovou o empreendimento “Sistema de Abastecimento de Água da região Santos-Peruibe-Manbu”. Oferecidas essas informações, o conselheiro Marco Antonio Mróz propôs que, em virtude do processo de privatização do Porto de São Sebastião, o qual vem sendo noticiado pela imprensa, este Conselho deveria voltar a discutir o EIA/RIMA por ele aprovado para constatar se as exigências determinadas nessa oportunidade foram ou não cumpridas. A seguir, respondendo as questões levantadas pelo conselheiro Mário Mantovani, o Secretário Executivo leu o ofício enviado pelo Senhor Governador em relação à Moção Consema 02/92, que se refere ao Decreto 34.691. Quanto ao Porto de São Sebastião, informou Dr. Alaôr considerar necessário fazer consultas à Secretaria de Desenvolvimento Regional para saber quais os pontos e as medidas que estão sendo levantadas, o que não impede, segundo ele, que igualmente o EIA seja consultado. A seguir propôs o Sr. Presidente do Consema que fosse ponto de pauta da próxima reunião os resultados da Rio-92. Colocada em votação essa proposta e aceita por unanimidade, ocorreu a seguinte deliberação: “Deliberação Consema 029/92 – De 17 de junho de 1992 - 71ª Reunião



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ordinária do Consema. O Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema, em sua 71ª Reunião Ordinária, decidiu que os resultados da Rio-92 entrarão na pauta, para discussão, em uma das próximas reuniões”. Nessa oportunidade, o Secretário Executivo do Consema propôs que as atas das últimas reuniões, enviadas aos conselheiros junto com a convocação desta Reunião, fossem aprovadas, de acordo com o artigo 17 do Regimento Interno, dispensando-se a sua leitura. Entretanto, informou, caso algum membro do Conselho considerasse oportuno propor alguma modificação, que encaminhasse à Secretaria Executiva, no prazo de 48 horas. A seguir, colocou em discussão o segundo item da pauta: a apreciação, sem caráter deliberativo, do Projeto de Lei sobre o artigo 200 da Constituição do Estado. Inicialmente, a senhora Stela Goldenstein, Diretora do Departamento de Planejamento Aplicado da Coordenadoria de Planejamento Ambiental, apresentou os parâmetros adotados para elaboração desse projeto, o que foi feito, segundo ela, juntamente com técnicos da Secretaria de Planejamento e Gestão. Um desses parâmetros, informou, foi a identificação das áreas e dos níveis de restrição a que cada um estava sujeita, a partir do qual seria possível definir a contrapartida em forma de compensação financeira. Informou que esse critério levava em conta o significado da área no conjunto do Estado. Discutido esse, entre outros parâmetros, foi possível, segundo Estela Goldstein, definir a renda per capita atribuída ao município, dado este indispensável para se chegar a uma ponderação que determinasse a atribuição dos valores. Nessa oportunidade o técnico representante da Secretaria de Planejamento e Gestão demonstrou como os cálculos, para se chegar à atribuição dos valores, foram elaborados. Fez uso da palavra, então, o conselheiro Marco Antonio Mróz, que assegurou Ter sido na versão final do projeto modificado o conceito de compensação financeira, o que determinou que este se transformasse numa espécie de indenização, figura inexistente no projeto no momento de sua elaboração pela Secretaria do Meio Ambiente. Quanto à parte técnica, afirmou não possuir nenhuma objeção, mas que discorda totalmente do critério de indenização que orientou a elaboração dos cálculos, a partir dos quais foram determinados os valores para a compensação. O representante do Ministério Público concordou com os argumentos apresentados pelo conselheiro Marco Antonio Mróz, segundo os quais os municípios devem ter estímulo suficiente para aplicar, em suas áreas, o ordenamento legal e, nessa medida, estar motivados para respeitar as restrições. Mais uma vez o técnico representante da Secretaria de Planejamento e Gestão ofereceu informações acerca do critério de equivalência financeira, o qual, segundo ele, considera as futuras perdas que os municípios virão a sofrer com as restrições. O conselheiro João Paulo Capobianco fez algumas considerações sobre essa questão enfatizando que os critérios que orientam o projeto, em sua versão final, abrem a possibilidade de subornos, pois eles determinam valores muito baixos para a compensação. Posicionou-se contrário à forma como serão feitos os pagamentos, em número limitado, pois, aos seus olhos, essa compensação deveria ser permanente. Interveio o Exmo. Sr. Secretário, argumentando ser competência também dos municípios, segundo a Constituição Federal, Artigo 23, a defesa do meio ambiente, e que, dessa forma, a questão da compensação muda de figura, pois não é possível apreciá-la apenas pela perspectiva de que o município que sofre restrição tenha que ser de algum modo completamente assumido pelo estado. Argumentou também ser a indenização uma forma de compensação, e que a determinação de um valor ideal, em abstrato, que compense as perdas futuras, não é um cálculo fácil de ser realizado. Considerou que, sem sombra de dúvida, a necessidade de se definir, a priori, uma situação “ad aeternum” apresenta problemas, mas, apesar disso, afirmou, o projeto não pode ser desclassificado. A conselheira Sâmia Tauk informou não ter o menor propósito de se posicionar contra a qualidade técnica do projeto, mas que, aos seus olhos, os mecanismos por ele definidos não contribuem para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que o seu objetivo seja alcançado, ou seja, que seja oferecido um incentivo à conservação e à preservação. Segundo ela, o mecanismo da indenização enfraquece essa possibilidade, principalmente pelo fato de ser a realidade política brasileira muito caótica. O conselheiro do IAB reiterou esse ponto de vista ao sustentar que o projeto prevê uma compensação imediata, embora a conservação não o seja e que algumas figuras da política ambiental não foram consideradas, as quais prevêem formas de compensação em caráter permanente, como é o caso das estâncias minerais, por exemplo. O conselheiro João Paulo Capobianco voltou a fazer uso da palavra, considerando que nenhum ambientalista acredita que a criação de uma Unidade de Conservação tenha como contrapartida uma perda econômica; que não se pode fazer apenas uma discussão tecnocrática desse projeto, e que ele, ao congelar aos municípios que sofrem restrição, ao invés de incentivar a preservação e a conservação, enfraquece a implementação dessas políticas. Finalizou argumentando que preferiria adotar um critério, e não atribuir um determinado valor. O conselheiro Marco Antonio Mróz tentou fazer uma proposta conclusiva: que o instrumento de distribuição utilizado deva ser permanente e percentual, baseado naquilo que o município deixaria de arrecadar. Em relação a essa proposta, o Sr. Presidente do Consema argumentou que o critério sugerido fere a Constituição. Decidiu-se, por unanimidade, que seja elaborado uma moção propondo modificações nesse projeto e que ela seja encaminhada posteriormente ao plenário para apreciação. Passou-se, a seguir, ao terceiro item da pauta: apreciação e deliberação do EIA/RIMA do empreendimento “Ponte de Interligação Iguape-Ilha Comprida”. Concedida a palavra ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de Iguape, Dr. Ariovaldo Teixeira Trigo, este referiu-se ao dossiê encaminhado aos conselheiros, a todos os investimentos realizados pela Prefeitura de Iguape para atender às exigências necessárias à análise e apreciação desse empreendimento e a todo esforço que vem sendo feito para sua implantação, uma vez que ele, sem dúvida, contribuirá, e muito, para que a legislação ambiental de Ilha Comprida seja cumprida. Informou que, sem dúvida, a construção da ponte facilitará que sejam corrigidos os erros cometidos pelas administrações anteriores, os quais resultaram na implantação de loteamentos irregulares e na adoção de outras medidas que causaram prejuízos à Ilha Comprida, como a destruição das dunas, por exemplo. A seguir fez uso da palavra o Dr. Leon, coordenador da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA, que fez uma análise sucinta do empreendimento, identificando suas características mais importantes, não só aquelas que dizem respeito ao seu aspecto pontual como também as que se remetem à complexidade ambiental das regiões estuarina-lagunares. Para que a análise do empreendimento fosse mais abrangente, solicitou que dois membros de sua equipe, o oceanógrafo e o biólogo, a complementassem. O primeiro referiu-se aos impactos a serem gerados pela ponte, classificando-se em duas categorias: os oriundos de estrutura física do empreendimento e aqueles compreendidos como fator de indução para ocupação da própria Ilha. Os gerados pela estrutura física, segundo ele, se devem à obstrução da circulação das águas, ao assoreamento e à erosão. Para minimizá-los, o EIA/RIMA propõe, afirmou um sistema de monitoramento que prevê, entre outras coisas, coletas de dados oceanográficos, os quais devem servir de subsídios para adoção de outras medidas. O biólogo, por sua vez, fez uma análise do empreendimento, a partir da concepção da ponte enquanto elemento físico e como istmo. Fez uma demorada descrição do meio biológico no qual se assentam os pilares, assegurando Ter a análise se baseado em detalhados estudos sobre as populações planctônicas aí existentes. Enfatizou que a ponte não constitui uma ameaça para elas e que, por este motivo, considera irrelevantes todos os impactos que serão provocados. Afirmou que a ponte, vista na perspectiva de ligação, possui aspectos mais complexos, principalmente por se localizar em uma das últimas restingas quase intactas do litoral sul



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

brasileiro. Ou seja, por se tratar de um ecossistema cercado por ecossistemas heterogêneos. A seguir, foi concedida a palavra ao Presidente da Câmara Municipal de Iguape, Sr. Luiz Passaro Couchet, que insistiu na participação da Prefeitura de Iguape em todos os processos que visam proteger o meio ambiente da região. E assegurou que sem a ponte essa proteção será comprometida. Segundo ele, a ponte viabilizará a adoção das medidas preconizadas pela APA, principalmente porque as balsas estão comprometendo-as, à medida que poluem esta reserva lagunar. Fez uso da palavra, imediatamente depois, o conselheiro João Paulo Capobianco que assegurou que nenhum ambientalista é contra a construção da ponte. Referiu-se à quantidade de lotes irregulares e se pronunciou a favor da adoção de medidas que visem proteger Ilha Comprida de qualquer tipo de irregularidades, como, por exemplo, aquelas que foram perpetradas pelas administrações anteriores e que ferem a lei de zoneamento desse território. A seguir, os conselheiros começaram a apresentar proposta de exigências. Apresentaram propostas João Paulo Capobianco, Sâmia Maria Tauk, Carlos Alberto Arraes e Condesmar de Oliveira. Colocadas em votação essas propostas, chegou-se à seguinte decisão: “Deliberação Consema 028/92 – De 17 de junho de 1992. – 71ª Reunião Ordinária do Consema – O Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema, reunido em 71ª Reunião Ordinária, aprovou, baseado no Parecer Técnico elaborado pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente, o EIA/RIMA do empreendimento “Ponte Rodoviária de Interligação Iguape – Ilha Comprida”, Processo SMA 7016/91, obrigando-se empreendedor a cumprir, além das exigências e medidas mitigadoras constantes do referido Parecer e respectivo EIA/RIMA, também as exigências (a) e as recomendações (b) a seguir descritas. (a) – para concessão da Licença de Instalação: 1. a exclusão da expressão “meio biológico e antrópico” do final do primeiro parágrafo do item 3.3, à página 8 do Parecer; 2. a efetiva implantação da Comissão de Integração Ambiental, prevista no artigo 25 do Decreto 30.817, de 30 de novembro de 1.989; nesta comissão deve ser assegurada a participação, como observadores, de pessoas da sociedade civil; - para a concessão da Licença de Operação: 1. a apresentação pela SMA/DAIA, ao Consema, de relatório que comprove o cumprimento de todas as exigências necessárias à obtenção da Licença de Instalação; 2. a apresentação pela SMA/DEPRN, ao Consema, do Programa de Fiscalização Integrada da Apa de Ilha Comprida, a qual deve incluir a instalação de um posto permanente para o controle da operação da ponte; 3. a apresentação pela SMA e Prefeituras Municipais de Iguape e Ilha Comprida, ao Consema, do Programa de Demarcação da Zona de Vida Silvestre; item 4. a demarcação, para efeito de proteção, dos sítios arqueológicos, incluindo também no programa de preservação aqueles que vierem a ser descobertos e que se encontrem fora dos limites da Zona de Vida Silvestre; (b) – que os poderes Executivos e Legislativos do município de Ilha Comprida elaborem uma política pública municipal coerente com o patrimônio natural de seu território; - que seja elaborado um plano de recuperação das áreas degradadas em zonas de manguezais e de vegetação de restinga de Ilha Comprida e Iguape afetadas desde o início da construção da ponte”. A seguir, o conselheiro Mário Mantovani encaminhou à mesa uma solicitação para que na página 4 da Síntese da Audiência Pública do EIA/RIMA do empreendimento “Ponte de Interligação de Iguape – Ilha Comprida”, o parágrafo que se inicia “Como membro do Consema, manifestou-se...”, seja retificado e que o texto definitivo passe a ser o seguinte: “Como membro do Consema, manifestou-se, então, o conselheiro Mário Mantovani que teceu considerações sobre a importância da ação do poder local e aclamou ao Sr. Prefeito a continuar suas iniciativas positivas, colocando-as à disposição do município para colaborar com projetos que objetivam melhorar as condições ambientais da região”. Nada mais foi tratado deram-se por encerrados os trabalhos dessa reunião.